



**FACULDADE VALE DO PAJEÚ
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CARLOS EDUARDO SILVA FERREIRA
CLARA VITÓRIA DA SILVA MARTINS
RAYANNY CAMILO DE SIQUEIRA**

**CAPACITISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUIDADOR
EDUCACIONAL E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR**

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2022**

**CARLOS EDUARDO SILVA FERREIRA
CLARA VITÓRIA DA SILVA MARTINS
RAYANNY SIQUEIRA CAMILO**

**CAPACITISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUIDADOR
EDUCACIONAL E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da Faculdade
Vale do Pajeú, como requisito parcial à obtenção
do título de Pedagogo.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2022**

**CARLOS EDUARDO SILVA FERREIRA
CLARA VITÓRIA DA SILVA MARTINS
RAYANNY CAMILO DE SIQUEIRA**

**CAPACITISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUIDADOR
EDUCACIONAL E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da Faculdade
Vale do Pajeú, como requisito parcial à obtenção
do título de Pedagogo.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: ____ / _____ / _____.

Prof. Me. Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz (Orientador)
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

Prof. Me. Sérgio Morais Cavalcante Filho
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

Prof. Esp. Claudineide Cristian de Lima
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 Educação especial: integrar ou incluir?	5
2.2 Capacitismo no ambiente escolar	7
2.3 O cuidador educacional.....	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5 REFERÊNCIAS.....	17
APÊNDICE A	20

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação é um tema que tem sido bastante discutido, especialmente nas últimas décadas após a realização de conferências mundiais, promulgação de leis e elaboração de documentos específicos para esse público. Essa discussão ganhou notável espaço no contexto educacional, o qual se apresenta como um nicho primordial na vida dessa população, visto que o tratamento a que foram condicionados no ambiente escolar sempre esteve carregado de estigmas e preconceitos de naturezas diversas.

As dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência e, conseqüentemente, pelos gestores e professores no processo de inclusão tornaram-se pauta de diversos autores que, a partir de seus estudos, nos possibilitaram pensar temáticas relacionadas ao papel do Estado na garantia de direitos, tais como a inserção no ambiente regular de ensino, a implementação de um currículo adaptado, a importância da conscientização dos docentes em suas metodologias e a presença obrigatória do cuidador educacional em sala de aula, a fim de prestar auxílio a esses estudantes.

O cuidador educacional é um profissional de grande relevância para a rotina escolar das crianças, uma vez que desempenha o papel de mediador entre o professor e as atividades pedagógicas ministradas por ele. No entanto, lidar com pessoas com deficiência pressupõe questões diversas como, por exemplo, o capacitismo, que é o ponto norteador desta pesquisa.

Assim, este trabalho tem como objetivos abordar as políticas integracionistas/inclusivas que foram adotadas para a garantia do acesso de pessoas com deficiência a uma educação de qualidade, bem como elencar as responsabilidades atribuídas ao cuidador educacional, e trazer à tona os efeitos do capacitismo em relação ao desempenho escolar dessas crianças, na tentativa de entender como ele molda o serviço executado pelos cuidadores educacionais.

Decidimos abordar esse campo devido às percepções que tivemos a partir do trabalho realizado com uma criança diagnosticada com transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e transtorno do espectro autista (TEA), em uma escola pública do município de Itapetim - PE. Passado certo tempo de convivência, observamos que a não aprendizagem pouco tinha a ver com as deficiências que a criança apresenta, pois ao ser estimulada demonstrou um progresso significativo na assimilação dos conteúdos. Constatamos, portanto, que os resultados negativos obtidos nos anos interiores possivelmente estão atrelados à falta de estímulo e de adaptações de conteúdo por parte das outras cuidadoras educacionais que já prestaram auxílio a essa criança, ou seja, capacitismo na prática.

Elaboramos o presente trabalho por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo que, segundo Gil (2012), é aquela que se realiza a partir do registro disponível de pesquisas anteriores e é constituída principalmente por livros e artigos científicos. Somado a isso, realizamos uma pesquisa com sete cuidadores que são funcionários na referida escola, em Itapetim - PE. Para a coleta de dados e informações, preparamos um questionário na plataforma *Google* formulários e o encaminhamos através do *WhatsApp*. Nele havia questões referentes ao nível de escolaridade desses profissionais; à sua familiaridade com o capacitismo; à relação com os professores; e como se dá o planejamento e adaptação das atividades.

A produção desse trabalho mostra-se relevante para os professores e, especialmente, para os cuidadores educacionais, visto que eles, involuntariamente ou não, estão sujeitos à prática do capacitismo com seus alunos. Portanto, é imprescindível que a equipe gestora, em conjunto com a Secretaria de Educação, ofereça formações específicas, a fim de aprimorar o trabalho desses profissionais. O capacitismo advém, na maioria das vezes, da ignorância acerca do tema, não sendo cometido propositalmente. Desse modo, ao instruir esses profissionais, a escola irá possibilitar o avanço das crianças e o desenvolvimento dos índices de aprendizagem do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação especial: integrar ou incluir?

Por ter consciência dos horrores a que já foram submetidas as pessoas com deficiência no decorrer da história da humanidade, pensamos a Educação Especial como um ponto de viragem no que diz respeito aos direitos educacionais dessa população. Se por um lado reconhecemos que ainda há muito a ser feito, por outro, ressaltamos que a presença obrigatória de cuidadores educacionais em salas de aula, representa uma conquista que faz toda diferença em seus desenvolvimentos cognitivo, pessoal e social. Ao fazer um resgate histórico acerca da situação em que se encontravam ainda no último século, observamos o descaso e a falta de comprometimento com as especificidades inerentes a esse público. Salvino e Abrantes apontam que

no início do século XX a Educação Especial era caracterizada como um atendimento voltado ao assistencialismo, com escolas especiais e classes especiais, ou seja, com um atendimento diferenciado, que possibilitava matrícula e acesso às pessoas com deficiência, mas separando-as em salas distintas dos demais estudantes (SALVINO; ABRANTES, 2021, p. 209).

As referidas autoras ressaltam, aqui, dois pontos que julgamos ser relevantes: as pessoas com deficiência ganharam certa notoriedade das autoridades, porém os ideais voltados a uma Educação Especial, livre de preconceitos e comprometida com a valorização de suas capacidades, caminhavam a passos lentos. O olhar de segregação ainda era utilizado como embasamento para a exclusão e manutenção de desigualdades, visto que os métodos pedagógicos empregados pelos professores da época provavelmente carregavam consigo uma perspectiva apoiada em ideias capacitistas - tendência que ainda se mostra bastante presente na atual conjuntura educacional; além disso, tais políticas também demonstravam um caráter assistencialista, pois a inserção no ambiente escolar não era considerada um direito genuíno, mas uma caridade prestada a esses alunos.

A adesão de políticas referentes à Educação Especial no Brasil tem início ainda no século XIX e se estende até o século XX, período no qual foram criados diversos Institutos e Associações que tinham como objetivo o atendimento às pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

No entanto, a Educação Especial só passou a estar alinhada (mesmo que de maneira abstrata) aos modelos de ensino regular em 1961, a partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN). Esse alinhamento também esteve presente em iniciativas e leis posteriores, as quais mencionavam a necessidade de priorizar a inserção no ensino regular. Como exemplo, merecem destaque a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESPE), em 1973; a Constituição Federal de 1988; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (SALVIANO; ABRANTES, 2021).

A Declaração de Salamanca, publicada após a Conferência de Salamanca, na Espanha, em 1994, também teve grande influência no Brasil por ser considerada uma das mais importantes e consideráveis iniciativas mundiais referentes às propostas de inclusão de todos os tipos de alunos no ensino regular e, sobretudo, daqueles com deficiência (MENEZES, 2001). De acordo com a Declaração (1994, p.05), “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”, isto é, precisam estar incluídas e não somente integradas às instituições de ensino regulares, a fim de aprenderem e se desenvolverem de maneira coletiva, com suas potencialidades reconhecidas e exploradas integralmente.

Entretanto, apesar de todos os avanços citados anteriormente, havia ainda a predominância de um teor integracionista em detrimento da visão inclusiva do fazer pedagógico. Desse modo, pensamos ser importante levantar algumas indagações: o que é inclusão e integração? O que diferencia esses dois processos?

Os estudos de Mantoan (2006) indicam que a integração se relaciona com a concentração de crianças em escolas especiais ou em espaços direcionados exclusivamente para esse público. Além disso, está ligada à ideia de introduzir e tornar efetiva a presença de alunos que apresentam alguma dificuldade ou deficiência em ambientes de ensino regular. Nesse caso, há para o estudante a possibilidade de fazer parte do corpo escolar em suas múltiplas dimensões, porém de forma limitada, ou seja, a partir de um ponto de vista no qual os alunos estão inseridos, mas a sala de aula regular ainda não os cabe por completo, e os serviços oferecidos se mantêm alicerçados na segregação (MANTOAN, 2006).

A inclusão, por sua vez, parte de uma premissa muito mais ampla, pois diz respeito aos alunos com necessidades especiais ou deficiências, mas não se restringe a eles. Na perspectiva inclusiva, todos os estudantes são contemplados, visto que há um foco na defesa da revisão integral das estruturas educacionais, com a finalidade de concretizar reformas e garantir que o corpo discente, em sua totalidade, esteja inserido na sala de aula regular desde a primeira etapa da educação básica, independentemente de manifestar alguma deficiência ou não (MANTOAN, 2006).

Nesse sentido, salientamos que a Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, tem firmado novos paradigmas e possibilitado mudanças concretas para aqueles que sempre foram vítimas do obscurantismo e, por consequência, sempre tiveram suas capacidades questionadas e seus direitos negados pela sociedade. Por isso, enxergamos no cuidador educacional um profissional que tem nas mãos um papel decisivo e determinante na vida dos estudantes com deficiência, pois suas atribuições vão muito além de auxiliar ou ensinar as atividades ministradas em sala. Estes devem assumir o ofício de reconhecer seus alunos como seres de direito, capazes de aprender, questionar, contribuir para o progresso da comunidade escolar e, assim, romper com os muros levantados pelo capacitismo.

2.2 Capacitismo no ambiente escolar

Embora muitas mudanças e conquistas já tenham sido efetivadas no campo das deficiências, o preconceito ainda se mantém enraizado na sociedade, fazendo com que as pessoas com deficiência sejam submetidas a uma série de constrangimentos de naturezas psicológica, arquitetônica, atitudinal, social e cognitiva. Muitas situações podem ser entendidas a partir de uma voluntária ou involuntária subestimação das capacidades e habilidades dessa parcela da população. Assim, há uma predeterminação do que podem/conseguem ou não realizar diante de suas limitações, especialmente no âmbito educacional. Estudiosos da área

classificam essa prática de desqualificação como capacitismo. Mas como conceituar esse ato e em que contextos ele se concretiza?

Para Marco (2021), o capacitismo pressupõe a inferiorização de pessoas com algum tipo de deficiência, as quais têm suas atitudes, seus sentimentos e suas habilidades desacreditadas, desvalorizadas e julgadas sem importância, caso estejam fora do padrão estabelecido como ideal pela sociedade. Em concordância, Mello (2020, p. 101) afirma que “quando uma pessoa não enxerga com os olhos, não ouve com os ouvidos e não anda como um bípede, ela é lida como ‘deficiente’ e passa a ser percebida culturalmente como incapaz”. Isso exemplifica fielmente o pensamento capacitista de que todos aqueles que fogem da normalidade imposta, são considerados sujeitos anormais, e aquilo que produzem ou ofertam para a sociedade está sempre abaixo do esperado.

O Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência da Câmara do Deputados também traz uma definição considerável para o tema:

Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas ‘pessoas capazes’, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas ‘normais’.

Nesse sentido, uma criança com deficiência que não consegue, por exemplo, acompanhar o mesmo ritmo de aprendizagem de seus colegas em sala de aula é vista constantemente como incapaz. Podemos observar que o rendimento e o progresso dos demais são sempre a métrica utilizada para delimitar as capacidades daqueles com deficiência. No entanto, defendemos a ideia de que em muitos casos há, na verdade, uma ausência de comprometimento ou de percepção dos professores e cuidadores no uso de metodologias adequadas, sendo o capacitismo a fundamentação dessa atitude.

O capacitismo também se configura como uma opressão que se expressa de maneiras camufladas tal como quando parabenizamos euforicamente uma pessoa com deficiência por ter concluído uma tarefa que pressupomos ser fácil para os sem deficiência, mas difícil para elas. O que motiva, portanto, a euforia é uma predeterminação de que a atividade não poderia ser realizada. Outros exemplos possíveis fazem referência a quando anulamos ou abreviamos as capacidades cognitivas de uma criança com deficiência, desconsiderando o fato de que seu grau de desenvolvimento intelectual não está necessariamente condicionado à sua deficiência; ou

quando não conferimos autonomia suficiente para esses alunos tomarem suas próprias decisões em relação a situações diversas (ANDRADE, 2015).

Mello (2016) enfatiza que o capacitismo aproxima-se de outras problemáticas sociais como a homofobia e o racismo, tendo em vista que as pessoas a que se referem essas opressões também sofreram com a demonização, a exclusão e o rebaixamento social, sejam por meio de uma ideologia embasada em ideais científicos ultrapassados, sejam por um viés conservador resultante de crenças e dogmas religiosos. Esses grupos minoritários partilham de um mesmo problema, o qual tem a ver com os estereótipos que são sempre associados às suas condições e que continuam representando um obstáculo no combate de preconceitos e na criação de políticas que proporcionem a garantia de melhorias.

No ambiente escolar, o capacitismo é responsável por causar a segregação dos alunos com deficiência, os quais nutrem em si mesmos o sentimento de inferioridade em relação a seus colegas e, a partir disso, podem vivenciar eventuais desconfortos nas atividades compartilhadas, bem como desenvolver traumas a médio e longo prazo. Uma outra situação ocasionada pelo capacitismo acontece quando uma criança com deficiência fica afastada das demais, geralmente na parte de trás da sala de aula, e realiza tarefas que não têm nenhuma relação com o conteúdo ministrado pelo professor.

Além de capacitista, essa atitude também se revela como infratora dos direitos garantidos a esses indivíduos. Mantoan (2006) salienta que isso é, sobretudo, um meio de discriminação contínua para com os alunos, que não recebem a atenção necessária para sua aprendizagem, e se caracteriza como uma válvula de escape para as dificuldades que os docentes e cuidadores enfrentam em sala. Para Gesser, Böck e Lopes,

[...] as proposições anticapacitistas no âmbito escolar, seguem um caminho desde o planejamento das ações didático-pedagógicas direta com os estudantes, a partir das considerações de seus corpos e suas relações que se apresentam na escola. Esta dinâmica nos dá elementos para compreender seus afetos, sua cognição, seus percursos psicomotores, relações sociais, cultura e experiências de letramento social. Isso compreendido e considerado na promoção de uma metodologia inclusiva que visa comportar ações que alcançarão a cada um e ao coletivo ao mesmo tempo (GESSER; BÖCK; LOPES, 2020, p. 182).

Desse modo, torna-se necessário falar da incrementação de uma educação inclusiva anticapacitista nas escolas, a fim de promover a igualdade de direitos entre todos os estudantes que compõem o corpo escolar e garantir que seu desenvolvimento aconteça de modo genuíno, contínuo e com a ausência do olhar de coitadismo inerente ao capacitismo. É preciso considerar as especificidades de cada aluno e entender que suas capacidades e habilidades devem ser exploradas de modo integral, apesar de todas as barreiras existentes no espaço escolar. O

enfrentamento à hierarquização que ainda se estabelece entre pessoas com deficiência e sem deficiência é uma luta que não deve estar restrita à escola, mas que pode começar a partir dela e, assim, firmar bases significativas de apoio para esse público.

2.3 O cuidador educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na perspectiva de educação inclusiva, assegura o direito de aprendizagem da pessoa com deficiência na rede regular de ensino. Após muitas lutas serem protagonizadas pelas pessoas com deficiência, bem como pelas vozes da militância anticapacitista, e essas ganharem notoriedade nos espaços brasileiros de poder, surgiu como obrigatória a presença do cuidador educacional em sala de aula como uma alternativa de melhorar o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Dentre muitas atribuições conferidas a esse profissional, o Guia Prático do Cuidador do Ministério da Saúde do Brasil, que compõe a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5.162, traz a seguinte definição:

Alguém que ‘cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida’. [...] A função do cuidador é acompanhar e auxiliar a pessoa a se cuidar, fazendo pela pessoa somente as atividades que ela não consiga fazer sozinha. Ressaltando sempre que não fazem parte da rotina do cuidador técnicas e procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. É fundamental termos a compreensão de se tratar de tarefa nobre, porém complexa, permeada por sentimentos diversos e contraditórios (BRASIL, 2008, pág. 08).

Contudo, na percepção de Silva (2018), ainda ocorre certa instabilidade quanto às definições das obrigações do cuidador educacional, sendo esse um pensamento que consideramos equivocado e sem fundamento, tendo em vista o grau de detalhamento utilizado pelos documentos que regem a função e, sobretudo, pelo Guia Prático do Cuidador do Ministério da Saúde do Brasil. Este último enfatiza que não se pode negligenciar o estudante em suas necessidades básicas de sobrevivência e, em contrapartida, que não é admissível assumir funções que não competem a essa profissão. Somado a isso, traz à tona a importância de possibilitar autonomia para os alunos, sem subestimar suas capacidades e fomentar atitudes que se configurem como capacitistas e limitadoras (BRASIL, 2008).

No Brasil há uma variedade de nomes usados para designar essa categoria, tais como: auxiliar de ensino, monitor, mediador, entre outros e a terminologia escolhida está diretamente relacionada à região em que se encontram (SALVINO; ABRANTES, 2021). No presente

trabalho, decidimos utilizar a nomenclatura “cuidador educacional”, pois é esse o termo utilizado no município de Itapetim - PE, nosso campo de pesquisa. Entretanto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBDI), promulgada em 2015, faz menção a esses profissionais com a nomenclatura Profissional de Apoio Escolar e, além disso, traz mais uma definição acerca de suas atribuições no âmbito educacional:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, on-line).

Portanto, embora seja fácil encontrar definições altamente esclarecidas quanto às suas funções, ainda se trata de uma profissão pouco reconhecida, que enfrenta a ausência de uma regulamentação que especifique e estabeleça a garantia de direitos, assim como acontece em outras profissões (LOPES, 2018). Nesse sentido, vale destacar que de modo geral não há exigência de formação própria para que universitários, estagiários, voluntários e pessoas que concluíram apenas o ensino médio atuem na área em questão (OLIVEIRA e SILVA, 2020).

Talvez por falta de leis específicas, a admissão do cuidador educacional é feita majoritariamente por contratação, sem perspectiva de continuação de atuação (LIMA, 2018). Nesse contexto, buscamos documentos que pudessem regulamentar esse trabalho na Secretaria Educação de Itapetim- PE, porém não há nada catalogado. Assim, entendemos que o município segue a mesma linha da esfera federal e exige apenas que o profissional contratado esteja matriculado em um curso de ensino superior, tendo prioridade a Licenciatura em Pedagogia.

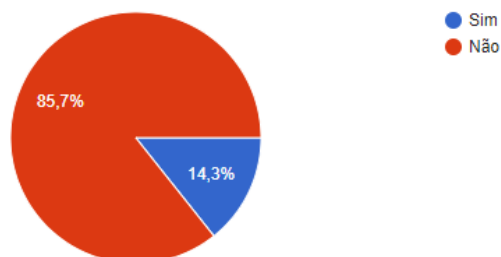
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, analisaremos os dados obtidos após a realização da entrevista com sete cuidadores educacionais que fazem parte da rede municipal de ensino de Itapetim – PE. Aqui, abordaremos o capacitismo como um dos principais fatores que norteiam o fazer pedagógico desses profissionais, além de outras questões referentes aos seus níveis de escolaridade, adaptação e planejamento das atividades, e relação com os professores. Começamos a pesquisa indagando os entrevistados acerca de suas formações:

Gráfico 1 – Pergunta 1

Você tem algum curso superior na área da educação?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

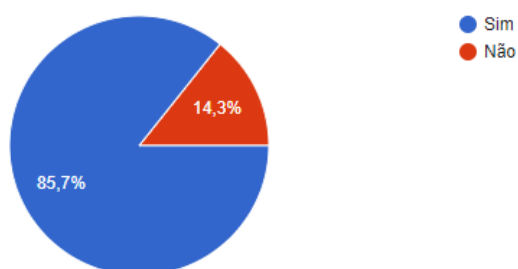
Nessas circunstâncias, percebemos a escassez de formações específicas, condição que pode ser considerada preocupante diante das especificidades apresentadas pelos alunos. Gomes e Mendes (2010) alertam que a não exigência de uma formação própria representa um fator que contribuí para a pluralidade de pessoas que são contratadas e, conseqüentemente, para o julgamento da qualidade do trabalho prestado. Quando não há formação, os conhecimentos sobre as necessidades dos estudantes tendem a ser limitados, o que pode ocasionar práticas capacitistas, mau relacionamento entre cuidador e aluno, dentre outros problemas de maior complexidade.

Ao serem questionados sobre conhecimentos relacionados ao capacitismo, apenas um alegou não ter informações sobre o tema:

Gráfico 2 – Pergunta 2

Você sabe o que é capacitismo ou já ouviu falar sobre esse tema?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Felizmente, a maioria já tem certa familiaridade com o assunto. No entanto, isso não significa que estejam isentos de cometer ou fomentar ações capacitistas. Cada aluno tem

características e necessidades específicas, as quais devem ser consideradas e respeitadas. Nesse sentido, além das formações e orientações fornecidas pela escola e pela Secretaria de Educação, torna-se necessário que os cuidadores busquem, autonomamente, informar-se a respeito de seus alunos e suas respectivas deficiências, afinal nada os impede de se aprofundarem em tais assuntos e aperfeiçoarem o trabalho executado.

Também perguntamos sobre as atividades aplicadas aos alunos com deficiência: “Quanto às atividades dos alunos, elas são adaptadas? Se sim, você acha que as adaptações estão de acordo com as necessidades dos alunos?”

Tabela 1 – Pergunta 3

Cuidadores	Respostas
Cuidador 1	“Sim”.
Cuidador 2	“Sim, nem sempre as atividades adaptadas estão de acordo a necessidade do alunos, pois devido a falta de formação e de material disponibilizado fica difícil adaptar conforme a cada particularidade e habilidade do aluno”.
Cuidador 3	“Em sua maioria sim no entanto algumas atividades deixam muito a desejar e não cobram o suficiente do aluno não fazem com que ele chegue ao seu limite o que ele explore áreas que geralmente são um pouco mais complicadas ficando sempre naquela mesmice ou então atividades muito idênticas a atividades que geralmente são passadas para primário”
Cuidador 4	“depende do professor, uns passam o conteúdo adaptado outros não e nem sempre o conteúdo adaptado atende a necessidade do aluno”.
Cuidador 5	“Sim, grande parte de atividades é elaborada de acordo com as necessidades do aluno”.

Cuidador 6	“Sim. Dificilmente os professores titulares se responsabilizam em levar atividades para os alunos deficientes e quando levam raramente são adaptadas, são apenas retiradas de sites que disponibilizam atividades prontas”.
Cuidador 7	“Sim, mas as vezes são em níveis inferiores.”

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

A adaptação das atividades confeccionadas para os alunos com deficiência é uma ação necessária, visto que garante a equidade na aprendizagem entre eles e os alunos sem deficiência. Nesse sentido, Sant’Anna, Almeida e Elias (2011, p. 19) afirmam que

O educador precisa estar sempre atento ao nível de entendimento e desenvolvimento de seus alunos. Para se organizar de forma a sanar dúvidas e suprir o que realmente o aluno deve compreender, o educador precisa ser claro, antecipar suas aulas, estar pronto para colaborar e entender o que pede o aluno naquele momento (SANT’ANNA; ALMEIDA; e ELIAS, 2011, p. 19).

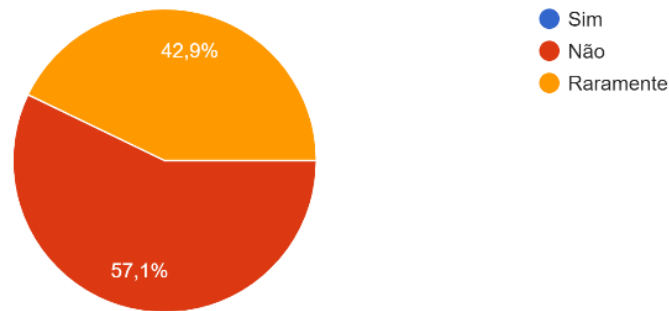
Todavia, há um problema unânime entre os cuidadores entrevistados: todos apontam a ausência de adaptações ou adaptações ineficazes. Essa é uma questão que merece atenção, tendo em vista que quando os alunos recebem atividades acima ou abaixo de seus níveis de entendimento, a assimilação dos conteúdos ocorre de maneira incompleta ou simplesmente não acontece. Nesse caso, importa que não sejam delegadas ao cuidador atribuições que não são suas, pois segundo a Secretaria de Educação do município, elaborar atividades é obrigação dos professores. Estes, a partir das percepções relatadas pelos cuidadores, podem pensar em estratégias e produzir atividades adequadas que promovam o progresso dos estudantes.

Também perguntamos aos entrevistados se eles participam, mesmo que discretamente, do ato de planejar as atividades ministradas:

Gráfico 3 – Pergunta 4

Você participa do planejamento dessas atividades?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Dos cuidadores que colaboraram com a pesquisa, nenhum deles participa frequentemente do planejamento. Enquanto somente quatro participam raramente, três não participam de forma alguma. As respostas são alarmantes, pois se contrapõem ao pensamento de Freire quando diz que

O cuidador é, também, um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento, pois é com eles que as crianças costumam tirar dúvidas e demonstrar suas dificuldades (FREIRE, *et al* 2019, pag. 103).

Portanto, podemos concluir que não há muita preocupação dos professores em receber dos cuidadores as considerações necessárias para a projeção de suas aulas, bem como não há muito interesse dos cuidadores em exigir a participação na elaboração das atividades. Ouvir os cuidadores e inseri-los nas produções se configura como algo de extrema relevância, pois possibilita ao docente ter conhecimentos acerca das especificidades que somente eles detêm sobre seus alunos e que podem fazer toda diferença.

Junto com o planejamento, pensamos que um bom relacionamento entre esses profissionais é essencial. Por isso, investigamos a relação entre eles: “Como se dá a relação com os professores? Eles aceitam sugestões de atividades?”

Tabela 2 – Pergunta 5

Cuidadores	Respostas
Cuidador 1	“Sim”.
Cuidador 2	“Alguns professores estão abertos a dicas, sugestões e ao auxílio na execução das atividades”.
Cuidador 3	“Alguns sim no entanto Ainda há uma grande relutância por parte de alguns professores.”
Cuidador 4	“Sim”
Cuidador 5	“Nem todos”.
Cuidador 6	“Conversamos e entramos em acordo diante algumas atividades, tentando melhor atender a necessidade do aluno em especial.”
Cuidador 7	“Não podemos opinar, já que não participamos do planejamento. Quando trazem atividades, nos entregam e nós tentamos fazer a nossa parte da melhor forma possível”.

Percebemos que, de acordo com a visão dos cuidadores, não há muita abertura por parte de alguns professores no que se refere à recepção de sugestões de atividades que melhor atendam às necessidades dos alunos. Desse modo, o capacitismo mostra sua face, uma vez que o problema da inadaptação citado anteriormente se perpetua, causando a estagnação da aprendizagem. Se os docentes não estiverem aptos para trabalhar em conjunto com os cuidadores, ouvir suas propostas e ajudar um ao outro, os resultados serão sempre os mesmos e os ideais integracionistas adotados no passado continuarão fazendo parte da vida dos alunos com deficiência e atrasando-os em relação à aquisição de novos conhecimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa abordamos a relação intrínseca que há entre o capacitismo e as práticas dos cuidadores educacionais, especialmente em uma escola da rede pública de educação de Itapetim – PE. Ao analisar os relatos dos profissionais que participaram do estudo, constatamos

a importância que estes têm para o desenvolvimento integral das crianças a quem auxiliam. No entanto, reconhecemos que ainda há muito o que ser feito em relação ao trabalho executado. É preciso que atentem para uma maior participação das atividades e propostas referentes aos estudantes e, somado a isso, busquem aperfeiçoamento de suas funções através de formações específicas.

Por outro lado, pudemos perceber que a luta anticapacitista e a implementação de princípios inclusivos na cidade de Itapetim-PE já têm um espaço significativo no que se refere ao âmbito educacional, uma vez que a maioria dos cuidadores educacionais tem conhecimento acerca dessa temática. Contudo, sempre há a possibilidade de ampliações, pois ter entendimento sobre o capacitismo não os isenta de reproduzirem atitudes capacitistas no espaço escolar. Assim, proporcionar aos alunos com deficiência um ambiente inclusivo e, além disso, mecanismos adequados para sua evolução é uma tarefa de todos, pois quem deve se adaptar às pessoas com deficiência é a sociedade, e não o contrário.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. **Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz.** Disponível em: <https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e> . Acesso em: 14 de out. de 2022.

BRASIL, Lei nº 9.394. **Guia prático do cuidador.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/o-programa/glossario.html> . Acesso em: 24 de out. de 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento da Ação.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 26 out. 2022.

FREIRE, K. M. de A.; BRITO, M. D. O.; SILVA, H. F. da. Acessibilidade e Inclusão: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola. **RACE**, Revista de Administração. ISSN 1806-0714, v. 4, 2019.

GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: CRV editora, 2020.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, Vol.16, n.3, 2010 (Set.-Dez., 2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n3/v16n3a05.pdf> . Acesso em: 26 out. 2022

LIMA, L. J. C. de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional**: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 219f.

LIMA, A. L. de S. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. **Revista PHILIA |Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 2 - 20, maio de 2021.

LOPES, M. M. (2018). **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como se faz? 2.ed. São PAULO: Moderna, 2006.

MARCO, V. D. Quem sou eu? *In*: MARCO, V. D. **Capacitismo**: o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1_IeEAAAQBAJ&pg=PT7&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 26 de set. 2022.

MELLO, A. G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciênc. saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016> . Acesso em: 15 out 2022.

MELLO, A. G. **Corpos (in)capazes**: a crítica marxista da deficiência. *Jacobin Brasil*, 2020 (n esp.) 98-102.

MENEZES, E. T. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/> . Acesso em 13 nov 2022

SALVINO, F. P.; ABRANTES, M. S. O. Política de currículo para educação especial e o papel do cuidador educacional na escola. **Revista Inclusiones**, ISSN 0719-4706, volume 8, número 4, p. 205 – 227, 2021.

SANT'ANNA, V.L. L; ALMEIDA, A.S.de; ELIAS, J.L.S. **A importância da afetividade na relação professor/aluno no âmbito escolar**: crianças de 4 a 7 anos. 2011. p.16. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/5798/5577> . Acesso em: 07 nov. 2022.

SILVA, S. M. **Educação Inclusiva**: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

SILVA, K. D. L. da; OLIVEIRA, K. de F. **A capacitação dos cuidadores escolares e sua implicação na construção de uma educação inclusiva**. Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67522> . Acesso em: 16 out. 2022

APÊNDICE A – PESQUISA COM CUIDADORES

1. Você tem algum curso superior na área da educação?
2. Você sabe o que é capacitismo ou já ouviu falar sobre esse tema?
3. Quanto às atividades dos alunos, elas são adaptadas? Se sim, você acha que as adaptações estão de acordo com as necessidades dos alunos?
4. Você participa do planejamento dessas atividades?
5. Como se dá a relação com os professores? Eles aceitam sugestões de atividades?